



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

AÇÃO PENAL Nº 1.044/DF – ELETRÔNICO

RELATORA: MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES
AUTOR/EMBARGADO: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
RÉU/EMBARGANTE: DANIEL LÚCIO DA SILVEIRA
PGR-MANIFESTAÇÃO-144743/2022

Excelentíssimo Senhor Ministro Relator,

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, pela Vice-Procuradora-Geral da República signatária, vem, perante Vossa Excelência, manifestar ciência: a) das decisões de fls. 4437/4440, 4441/4443, 4444/4446, 4447/4451, 4452/4456, 4457/4459, datadas de 18 de abril de 2022; b) da decisão datada de 19 de abril de 2022 (fls. 4460/4463).

Em 26 de abril de 2022, Vossa Excelência determinou: *“(a) a juntada imediata do referido Decreto Presidencial de Indulto aos autos; (b) a intimação da Defesa do réu DANIEL SILVEIRA para que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, se manifeste sobre o Decreto de Indulto Presidencial, bem como em relação ao descumprimento das medidas cautelares por parte do réu DANIEL SILVEIRA. Após a manifestação da Defesa, abra-se vista dos autos à Procuradoria-Geral da República, para manifestação, no mesmo prazo de 48 (quarenta e oito) horas”*.

O Decreto Presidencial mencionado foi juntado pela Gerência de Processos Originários Criminais à fl. 4706, nos termos da certidão de fl. 4709.

A defesa do réu DANIEL LÚCIO DA SILVEIRA limitou-se a falar sobre a constitucionalidade do decreto de indulto.

Argumentou que a amplitude da graça individual concedida nos termos do Decreto Presidencial de 21 de abril de 2022 subtraiu o objeto da presente ação penal, nada mais havendo a ser discutido em seu âmbito.

Deixou de atender o determinado pelo eminente Ministro Relator e requereu: a) o imediato arquivamento da Ação Penal 1044/DF e dos Inquéritos 4781, 4872, 4898 e de quaisquer outras ações persecutórias em andamento, de conhecimento ou não da defesa; (b) o imediato restabelecimento das redes sociais do Réu: *Twitter, Facebook, Instagram, Youtube* e onde mais tiver sido bloqueada; (c) a devolução de todos os aparelhos celulares confiscados; e (d) a imediata devolução da fiança paga em 29/06/2022 (*sic*) no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), devidamente corrigido, o que não é objeto desta ação penal.

É o relatório.

Não obstante o acórdão condenatório ainda não tenha sido publicado e a ata de julgamento¹ não consigne expressamente a manutenção das medidas cautelares impostas durante a persecução penal, **ratifica-se a manifestação ministerial apresentada em 24 de março de 2022² (fls. 3291/3302), para que sejam mantidas as cautelares de (1) proibição de**

¹ Publicada no DJe 81 do dia 29 de abril de 2022

² eDoc. 762.

ausentar-se do Estado em que reside, salvo para Brasília/DF; (2) proibição de frequentar e participar de evento público; e (3) monitoração eletrônica.

Anteriormente, o réu formulou pedidos de substituição do equipamento de monitoração eletrônica (fls. 3835/3838³ e 3945/3946⁴).

Em mais de uma oportunidade, o Ministro Relator determinou a intimação da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal (SEAPE/DF) para que se pronunciasse a respeito das inconsistências apresentadas pela tornozeleira eletrônica⁵.

Ante a ausência de resposta da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal (SEAPE/DF) acerca de eventuais inconsistências no equipamento de monitoramento eletrônico utilizado pelo réu, bem como do relatório completo do monitoramento desde o seu início, em 31/3/2022, o Ministro Relator determinou a intimação pessoal do Secretário de Administração Penitenciária do Distrito Federal⁶.

No Ofício 674/2022 – SEAPE/GAB⁷, há informação de que a demanda teria sido respondida no Ofício 627/2022 – SEAPE/GAB⁸.

Ocorre que esse Ofício não menciona os alegados defeitos e inconsistência do equipamento, limitando-se a apresentar os relatórios com as ocorrências acusadas pelo equipamento de monitoração eletrônica de Daniel Lúcio da Silveira, razão pela qual se mostra necessária intimação da Secretaria

3 e-Doc 829, Petição 23284/2022, datada de 1º de abril de 2022.

4 e-Doc 865, Petição 25539/2022, datada de 10 de abril de 2022.

5 Fl. 3843 e Ofício eletrônico nº 4078/2022, datado de 04 de abril de 2022; Fls. 3982/3983 e Mandado de Intimação nº 363/2022 de fl. 3988;

6 e-Doc 870, datado de 11 de abril de 2022.

7 e-Doc 895

8 e-Doc 879

de Administração Penitenciária do Distrito Federal para que apresente os esclarecimentos a respeito e, se for o caso, substitua o equipamento.

Quanto aos efeitos do Decreto Presidencial de 21 de abril de 2022, a Procuradoria-Geral da República reserva-se ao direito de manifestar-se sobre suas repercussões jurídicas por ocasião da abertura de vista nas ADPFs 964, 965, 966 e 967, todas de Relatoria da Min. Rosa Weber, nos termos do artigo 5º, §2º, da Lei 9.882/1992, na medida em que o exame da constitucionalidade do aludido decreto é prejudicial à análise de seus respectivos consectários legais.

A prejudicialidade das referidas arguições de descumprimento de preceito fundamental obsta o avanço sobre o mérito do Decreto Presidencial de 21 de abril de 2022 e, por sua vez, sobre o próprio desfecho da presente Ação Penal.

Em face do exposto, a Procuradoria-Geral da República registra ciência das seis decisões datadas de 18 de abril de 2022 e da decisão datada de 19 de abril de 2022, ao tempo em que, à vista do caráter prejudicial da análise da constitucionalidade do Decreto Presidencial de 21 de abril de 2022, manifestar-se-á a respeito da graça concedida no âmbito das ADPFs 964, 965, 966 e 967.

Por fim, o Ministério Público Federal ratifica a manifestação apresentada em 24 de março de 2022⁹ (fls. 3291/3302), para que sejam mantidas as cautelares de **(1)** proibição de ausentar-se do Estado em que reside, salvo para Brasília/DF; **(2)** proibição de frequentar e participar de evento público; e **(3)** monitoração eletrônica, pugnando pela intimação Secretaria de

⁹ eDoc. 762.

Administração Penitenciária do Distrito Federal para que esclareça sobre os alegados defeitos e inconsistência da tornozeleira eletrônica utilizada pelo réu.

Brasília, data da assinatura eletrônica.

LINDÔRA MARIA ARAUJO
VICE-PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA